

HABEAS CORPUS Nº 492.614 - SC (2019/0037946-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : MAURICIO MARCOS RIBEIRO
ADVOGADO : MAURÍCIO MARCOS RIBEIRO - SC032560
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ADENIR FRANCISCO LOPES DE GODOI (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ADENIR FRANCISCO LOPES DE GODOI no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (*Habeas Corpus* n. 4000172-64.2019.8.24.0000).

Consta dos autos que o paciente teve convertida a prisão em flagrante em preventiva pela prática, em tese, do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, porque "vendeu para Gabriel Hoepers Schmidt 01 [uma] bucha de cocaína [...]. Diante desses fatos, a agência de inteligência solicitou que a polícia militar efetuasse a abordagem dos referidos masculinos. Posteriormente, a polícia militar abordou Gabriel Hoepers Schmidt, em uma BMW, de cor preta, sendo que ao efetuar revista no referido veículo, foi encontrado no console do automóvel, dentro de uma carteira de cigarros, o referido estupefaciente [01 [uma] bucha de cocaína], o qual foi adquirido, anteriormente, do denunciado ADENIR FRANCISCO LOPES DE GODOI. Após, mencionados agentes militares abordaram o denunciado ADENIR FRANCISCO LOPES DE GODOI, em sua residência, sendo que com ele foi encontrada a quantia de R\$ 313,00 [trezentos e treze reais]" (e-STJ fls. 187/188).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 186):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES (LEI N. 11.343/06, ART. 33, CAPUT) – PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA – PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA MEDIDA EXTREMA INDEFERIDO NA ORIGEM – EXISTÊNCIA DO CRIME E PRESENÇA DE INDÍCIOS DE AUTORIA – NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR PARA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA (CPP, ART. 312) – PERICULUM LIBERTATIS EVIDENCIADO – PACIENTE REINCIDENTE – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ART. 319 DO CPP –

BONS PREDICADOS – FATORES QUE NÃO OBSTAM A MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR – INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – HIPÓTESE RESSALVADA PELO PRÓPRIO CONSTITUINTE ORIGINÁRIO (CF, ART. 5º, LXI) – CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE – ORDEM DENEGADA.

A presente impetração funda-se na falta de fundamentação idônea para a decretação da segregação cautelar. Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, em especial ante a reincidência do paciente (e-STJ fl. 189).

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

